VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

CONSUMIR AS CIDADES HISTÓRICAS

Renata Rendelucci Allucci*

Partindo de alguns elementos constituintes das cidades, tentamos desvendar como se constroem os sentidos sociais de seus espaços públicos. Para isso, recorremos às definições de discursos oficiais encontrados em seus manuais; enveredamos por suas dimensões, com especial atenção à do espaço imaginado; indagamos pelos seus patrimônios e pelos que decidem por sua permanência. Chegamos, então, às cidades históricas brasileiras, assumidas como representantes da referência urbana, e consideradas "lugares especiais" da nação. Mas para quem elas têm esse sentido? Como entendê-las em novos contextos, nos quais as cidades são consumíveis? Em meio a diversos atores, a postura de cada um e a de todos, conjuntamente, decidem os usos sociais desses modelos estéticos e simbólicos da cultura brasileira.

> A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente.
>
> A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.
>
> Italo Calvino – As cidades invisíveis

* Mestranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Atua desde 1994 na produção e gestão cultural. Membro do Núcleo de Estudo Culturais: História Memória e Perspectiva de Presente - NEC-PUC-SP, grupo que atua na perspectiva da história social e da reflexão sobre a memória, voltado aos estudos sobre os modos culturais do viver urbano, a constituição e transformação dos espaços e territórios da cidade. Sua pesquisa acadêmica também inclui os temas patrimônio cultural, festas populares e cadeia produtiva da cultura. Uma das autoras das publicações A Música na Escola e Panorama Setorial da Cultura Brasileira. renata@3d3.com.br

O que é uma cidade? Muitas podem ser as definições e respostas a essa pergunta. Antes vista como um espaço delimitado por traçados geográficos, como um conjunto de lugares com existência física, por meio de sua materialidade, a cidade revela-se agora tempo, espaço, memórias, identidades – suporte para experiências individuais e coletivas dos sujeitos, repleta de simbologias, buscando suas singularidades e suas representações.

Procurando por pistas que a expliquem, o antropólogo Néstor García Canclini informa que

> Até meados do século XX, o pensamento urbano respondia a essa pergunta segundo a configuração física: cidade é o oposto do campo, ou um tipo de agrupamento extenso e denso de indivíduos socialmente heterogêneos. Nas últimas décadas, tenta-se caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam[1].

O historiador Jacques Le Goff esclarece o ponto de partida da enunciação de García Canclini quando mostra que é em Roma, na Antiguidade, que se cria uma forte oposição entre campo e cidade, dos pontos de vista cultural e o de costumes. A cidade será relacionada com educação, cultura, bons costumes, em oposição ao rústico e rude campo. Desde a Idade Média, a cidade é entendida como o local da atividade criativa, realizada por suas funções culturais: escola, arte, teatro, urbanismo[2].

Mesmo já sendo a cidade local de criação e fomento culturais, a dimensão central do papel da cultura começou a ser assumido apenas em um contexto mais recente e global. Foi a Agenda 21 da Cultura o primeiro documento que estabeleceu as bases de um compromisso das cidades e de seus governos para o desenvolvimento cultural. Aprovada em 2004, em Barcelona, durante o Fórum Universal das Culturas, foi adotada pela organização internacional Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) como documento de referência para cidades, governos locais e redes de todo o mundo "comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa

[1] GARCÍA CANCLINI, Néstor. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/ desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008, p.15.

[2] LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 125.

e a criação de condições para a paz"[3] e que colocam a cultura no centro de seus processos de desenvolvimento.

No Princípio nº 7 da Agenda 21, encontramos a relação entre cidade como lugar de pleno desenvolvimento das atividades culturais e suas consequências políticas e sociais

> As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral. O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade, revela-se como a ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária, como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.

A temática dos territórios, nas Ciências Sociais, pode ser analisada por meio de três vertentes: jurídico-política, econômica e simbólico-cultural. Das diversas definições para território, destacamos a do geógrafo Rogério Haesbaert, que também compreende o território em formas e dimensões variadas; uma dimensão material, concreta e uma dimensão subjetiva, simbólica. Para ele, o território envolve

> sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos[4].

O território estabelece-se para além de um espaço geográfico; é o espaço construído pelas relações sociais. Para a historiadora urbana Raquel Rolnik "há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território". Ela explicita ao dizer que não há territórios sem sujeitos, mas que o espaço pode prescindir deles. Continua: "O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território"[5].

---

[3] http://www.agenda21culture.net/

[4] HAESBAERT, Rogério. *Des-Territorialização e Identidade*: a rede "gaúcha" no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997, p.42

[5] ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In *Anais*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.2, n.1, 1993, p.28. Disponível em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324.

Ampliando essa definição e o entendimento sobre o que é uma cidade, voltamos a Canclini

> As cidades não existem só como ocupação de um território, construção de edifícios e de interações materiais entre seus habitantes. O sentido e o sem sentido do urbano se formam, entretanto, quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio e a televisão sobre o que acontece nas ruas. Não atuamos na cidade só pela orientação que nos dão os mapas ou o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais[6].

O sentido de uma cidade pode fazer-se presente por meio de diferentes elementos, sejam eles visuais, sonoros, arquitetônicos, esportivos, culturais; é tão heterogêneo quanto os grupos sociais que a habitam e tem tantas representações quanto se permitam novas leituras da cidade. Apesar – ou por causa – desta variedade de apreensões sobre a cidade, procura-se sempre por seus aspectos distintivos, por qualidades únicas, por traços que a destaquem e que, por fim, deem à cidade sua chamada identidade.

Tenta-se, então, produzir uma imagem exclusiva da cidade, fruto de uma cultura própria e particular. Para isso, somada à sua materialidade, incluem-se as manifestações culturais, que compõem a programação artística como mais um dos seus aspectos singulares e pitorescos.

Utilizada como estratégia em processos de posicionamento das cidades, Fernanda Sánchez enfatiza a mútua dependência entre os procedimentos materiais e simbólicos

> Neste ponto, parece central recuperar a reflexão lefebvriana acerca da produção do espaço: é necessário entender não apenas como os lugares adquirem qualidades materiais, mas também como adquirem valor simbólico através de atividades de representação. [ ] Materialidade, representação e imaginação não são mundos separados. Nessa recusa à segmentação do conhecimento do espaço reside a força da construção de Lefebvre[7].

---

[6] GARCÍA CANCLINI, Néstor. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/ desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008, p.15.

[7] SANCHÉZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 16: 31-49 JUN. 2001, p.35. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf.

Henri Lefrebvre[8] distinguiu três dimensões do espaço: o vivido, o percebido e o imaginado. No vivido se encontrariam as práticas concretas realizadas no espaço (o solo, as propriedades, a infraestrutura etc.). No percebido, estariam localizadas as maneiras de perceber sensorialmente o espaço, as demarcações territoriais, o mapeamento, as configurações arquitetônicas etc. O imaginado conteria os espaços de representação, cujos sentidos são construídos pela mídia, literatura, publicidade, cinema, fotografia, e que estabelecem os laços afetivos com o espaço.

As práticas referentes aos patrimônios de uma cidade fazem parte de sua representação e estão interligadas à definição de sua identidade. No Brasil, a partir dos anos 1930, a necessidade de estabelecer uma identidade para a nação conjugou-se com a estruturação de ações de preservação do patrimônio material. É dessa época a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no qual a predominância de arquitetos em seus quadros foi determinante para o entendimento do que deveria ser conservado e preservado, com prioridade para os bens materiais e destaque para os chamados monumentos artísticos e históricos. Como mostra Marly Rodrigues

> Tratava-se de moldar a cultura brasileira a partir de olhares particulares, seletivos, de objetos portadores da capacidade simbólica de promover a representação nacional e, ao mesmo tempo, de servir de referência para uma estética na qual se refletisse aquilo que uma elite intelectual entendia como retrato síntese do 'verdadeiro' Brasil[9].

Em 1938, foram tombadas as cidades brasileiras de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João Del Rei, destacadas por seus *conjuntos arquitetônicos e urbanísticos* e por serem exemplos da arquitetura colonial mineira, compreendida como matriz da arquitetura brasileira. De acordo com o atual Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN, o tombamento tem como "objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens".

Outras cidades foram e estão sendo tombadas pelo IPHAN, sempre levando em conta os objetivos mencionados. As mais conhecidas e divulgadas são Paraty, no Rio de

---

8 LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad. Emil Martínez Gutiérrez. Madrid: Ed. Capitan Swing, 2013.

9 RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. no. 24, 1996, p.195. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201.

Janeiro; Brasília, no Distrito Federal; Goiânia e Goiás, em Goiás; São Luís, no Maranhão; Olinda, em Pernambuco e Salvador, na Bahia. Em quase todas elas, o destaque é para o denominado Centro Histórico. Jacques Le Goff sintetiza como se chega a ele

> Há muito tempo os centros são objeto de ferozes batalhas; eles não querem desaparecer sem combate, eles resistem. Parece-me, entretanto, que a evolução age profundamente contra o centro urbano. Ele não é mais adaptado à vida econômica, à vida das relações que dominam as populações urbanas. Então, o que ele se torna? *Centro storico*, dizem muito bem os italianos. E se ele ainda brilha, é a beleza da morte. Caminha-se em direção ao centro-museu[10].

Entre as cidades brasileiras cujos conjuntos urbanos são tombados, encontramos as chamadas cidades históricas, que são assim definidas:

> As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil.[ ] Em função de seu papel na história, cada um dos núcleos urbanos históricos atua como "cidades polo" em todas as regiões do país. São sempre cidades tradicionais, marcadas por cenários urbanos diferenciados, relacionados com manifestações culturais tradicionais e com eventos históricos [ ] Cidades históricas são lugares especiais de uma nação e sua valorização deve ser assumida pela sociedade e pelas diversas instâncias do governo. [ ] Atualmente, são 77 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN em todo o território nacional, lugares que fazem parte da história do país e constituem a base do patrimônio cultural brasileiro que precisa ser preservado para que as gerações futuras possam vivenciá-los[11].

Por que promover a patrimonialização das cidades? Originariamente um modelo europeu da segunda metade do século XIX, "a noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de um processo de conservação, nasceu [ ] na Grã-Bretanha, sob a pena de Ruskin[12]"[13]. Contemporaneamente, além da conservação, cidades cujo patrimônio urbano é tombado passam por processos de intervenção, aos quais urbanistas e poder público denominam de requalificação, reabilitação, revitalização e refuncionalização, somados

[10] LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.150.

[11] http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12790&retorno=paginaIphan

[12] Crítico de arte inglês (1819-1900), autor de, entre outros, *The Seven Lamps of Architecture*, onde encontramos "a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado com o qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser". Op. cit. p. 116

[13] CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 177.

aos procedimentos de restauração, recuperação e reconstrução por que passam monumentos, prédios e edifícios tombados.

Termo usado pelo Ministério das Cidades como parte de seu programa de governo, a *reabilitação de áreas urbanas centrais* significa

> recompor atividades, habilitando novamente o espaço, através de políticas públicas e de incentivos às iniciativas privadas, para o exercício das múltiplas funções urbanas, historicamente localizadas numa mesma área da cidade, reconhecida por todos como uma centralidade e uma referência do desenvolvimento urbano. No entanto, isso não exclui, naturalmente, a implementação de atividades e funções novas, que não sejam contraditórias com a identidade do centro[14].

Não raro, esses projetos de reabilitação vêm acompanhados da retirada da população mais pobre desses territórios, no intento de abrir caminho para novas paisagens.

O *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural* do IPHAN também adota o conceito de reabilitação**: "**conjunto de operações destinadas a tornar apto o edifício a novos usos, diferente para o qual foi concebido". Para o conceito de revitalização, este mesmo Manual o define como **"**conjunto de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou conjuntos de edificações de valor histórico de apoio à `reabilitação` das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos"[15].

Sobre refuncionalização, podemos entendê-la como a mudança ou ampliação da destinação ou utilização dos patrimônios, seja em suas funções materiais ou nas simbólicas

> Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e os objetos assumem continuamente novas funções, respondendo a novas lógicas sócio-espaciais. Este processo de *refuncionalização* tem sido acentuado na valorização turística de patrimônios culturais, sejam estes objetos, conjuntos paisagísticos ou práticas sociais. Nesse sentido, a *refuncionalização* é uma atribuição de novos valores e conteúdos às

[14] BRASIL. Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* / Coordenação geral de Renato Balbim. Brasília: Ministério das Cidades; Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008, p. 25.

[15] BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural* / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005, p.13-14.

> formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos[16].

Hoje, em muitas das cidades históricas encontramos esse processo de refuncionalização, por meio de uma nova conformação espacial e reordenamento dos usos de seus patrimônios, determinantes nas estratégias públicas e privadas de sua valorização turística.

Como exemplo dessas estratégias, e parte integrante do Programa da Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, encontra-se o PAC Cidades Históricas, "ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos". Um de seus articuladores, o Ministério da Cultura coloca a preservação do patrimônio cultural como uma das prioridades de suas ações e argumenta que "com o programa, a gestão desse patrimônio ganha uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura"[17].

Muitas das ações, governamentais ou não, relativas à preservação e revitalização das cidades históricas confrontam-se com questões contemporâneas, tais como "o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo"[18].

O desenvolvimento urbano suscita embates com a manutenção do patrimônio principalmente em relação aos assuntos de mobilidade, transporte, moradia, deslocamento de moradores. Em tempos mais recentes, essas questões deixaram de ser vistas apenas como decisões governamentais sobre conservação e preservação de patrimônios. Começa-se a entender a necessidade de participação de grupos sociais nas deliberações e na efetiva apropriação desse patrimônio, para que encontrem nele significados de pertencimento e possam realizar escolhas que resultem em sua defesa e sustentação.

---

16 PAES, Maria Teresa Duarte, OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 15.

17 http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3702

18 GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. no. 23, 1994, p. 95. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3200.

A mercantilização do patrimônio leva, algumas vezes, à sua exploração indiscriminada, tendo como exemplos a especulação imobiliária que o utiliza para valorizar o espaço em que está situado; a degradação urbana causada pela presença desordenada da indústria e do comércio em regiões patrimonializadas; as mudanças estruturais e funcionais do patrimônio, principalmente o arquitetônico, visando à rentabilidade.

Sob a ótica de Canclini, a indústria cultural e os meios de comunicação tornaram-se "recursos-chave para a documentação e a difusão da própria cultura" e, com isso, reformularam os problemas do patrimônio, com as possibilidades de sua difusão e espetacularização por meio das tecnologias de comunicação. Museus, monumentos, obras de arte, cidades inteiras podem ser vistas pela televisão ou pela *internet*; a mudança nos modos de circulação e de consumo culturais está, aos poucos, modificando a concepção de patrimônio e reconfigurando práticas e relações sociais nas quais ele está inserido.

Na perspectiva do turismo, o patrimônio – material e/ou imaterial – é forte referência e influência nas dinâmicas de oferta e procura de destinos turísticos, conjugado às manifestações artísticas. Ambas, história e cultura, atuam sobre o espaço urbano e sobre a produção do imaginário, formando um dos conjuntos determinantes para a diferenciação de uma cidade. Atuam, também, como um dos fatores de motivação para o chamado turismo cultural, assim definido pelo Ministério do Turismo

> Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura[19].

Para reforçar essa ideia, o arquiteto José Antonio Chalhub Júnior defende que "a preservação de elementos urbanos e de arquitetura como patrimônio histórico cumprem a função de conectar simbolicamente a comunidade com seu território e de estabelecer uma identidade histórico-cultural para os visitantes"[20].

---

[19] BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural*: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3a. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p.13.

[20] CHALHUB JÚNIOR, José Antonio. O imaginário da cidade como patrimônio socioambiental e a globalização. In *Anais*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.11, n.5, 2010, p. 4. Disponível em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1396/1369.

Os investimentos nas cidades históricas justificam-se, primeiramente, visando sua preservação e gestão; posteriormente, vinculam-se a ações de promoção da educação e da saúde, de desenvolvimento do turismo e da geração de empregos e de criação de oportunidades econômicas.

Porém, sobre o turismo cultural nessas cidades, são muitas as críticas que apontam seus efeitos negativos. A pesquisadora Flávia Roberta Costa faz um apanhado dos mais citados

> a excessiva dependência econômica do turismo; o abandono de atividades tradicionais; o aumento dos preços dos produtos comercializados na destinação; a especulação imobiliária; o estímulo a hábitos de consumo anteriormente inexistentes e muitas vezes inacessíveis para a maioria da população; o aumento da prostituição e da criminalidade; a descaracterização do artesanato; a vulgarização ou teatralização das manifestações culturais; a depredação do patrimônio cultural material; a poluição visual; o acúmulo de lixo e a depredação ambiental[21].

Diante desse quadro, alternativas devem ser consideradas. A apropriação dos bens culturais por diferentes grupos, a ressonância, o sentido de pertencimento e cidadania, a educação patrimonial, as motivações para o turismo são alguns dos possíveis tópicos a serem avaliados, por levantarem questionamentos sobre o consumo das cidades históricas, escolhidas como objeto desta investigação.

A apropriação que diferentes grupos sociais fazem dos patrimônios culturais é desigual, assim como são desiguais suas condições econômicas, sociais, culturais. Já foi amplamente discutido o quanto situações na família, na escola, no trabalho, nos grupos de sociabilidade e os meios de comunicação colaboram para as escolhas e práticas culturais. Além de todos esses valores que concorrem para que os sentidos de adequação e pertinência há ainda o que este patrimônio pode evocar e representar para esses grupos, a que Gonçalves[22] chamou *ressonância*, como sendo a interação entre a experiência da mediação simbólica do patrimônio com o imaginário das pessoas com ele envolvidas.

[21] COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural*: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESCSP, 2009, p. 30.

[22] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes antropológicos*. vol.11, no. 23. Porto Alegre, Jan./Jun 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext.

O sentimento de pertencimento se estabelece quando, para além da apropriação de um espaço, desenvolvem-se valores que ligam esse espaço à identidade cultural e simbólica de quem o habita. Todavia, com as migrações, imigrações e processos diaspóricos, outras compreensões sobre esse sentimento e sobre as identidades são possíveis para aqueles que continuam pertencendo a comunidades e sociedades sem, no entanto, ocuparem o mesmo espaço. Como argumentam Akhil Gupta e James Fergunson

> Não nos esquecendo que as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto a um espaço físico demarcado quanto a agrupamentos de interação, podemos perceber que a identidade de um lugar surge da intersecção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade[23].

O turismo pode ser considerado uma forma de trânsito e deslocamento, mesmo que voluntário, não permanente ou definitivo; assim, para o visitante, o patrimônio também precisa ter significado, para que estabeleça uma conexão real com ele. Entre as possíveis ações para alcançar esse vínculo está a conjugação da atividade turística com a ação educativa, no sentido amplo da palavra. Para tanto, os visitantes e os que vivem em seu espaço físico devem ter compreensão sobre o valor e o significado daquele patrimônio cultural, obtidos principalmente com a visitação direta, mas com mediação, informação e tecnologias apropriados.

Para alcançar esses objetivos ocorreu, em 1983, a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, o IPHAN lançou o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, onde apresentava uma proposta metodológica que envolvia quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (observação, registro, exploração e apropriação), indicativas de que essas ações educativas deviam ser entendidas como um processo.

A definição apresentada é da Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC, unidade administrativa ligada ao IPHAN

> a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-

[23] GUPTA, Akhil, FERGUNSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 34.

> histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural[24].

É esperado que a participação ativa do turista e do morador nas cidades históricas proporcione a construção do conhecimento sobre o patrimônio cultural e seu contexto sócio-histórico; porém, não deve ser deixada de lado a compreensão de que os comportamentos nessa situação de consumo não estão dissociados de seu comportamento cotidiano. Este comportamento expressa sua participação como cidadão, sua capacidade de decodificar a simbologia dos bens culturais, sua disponibilidade para elaborar ações de capacitação e sua compreensão da cultura como direito.

Ante a construção da cidade histórica como modelo estético e simbólico da cultura brasileira, é preciso que a sociedade entenda sua participação através da experiência vivida, de suas manifestações imateriais, as religiões, as festas, das identidades heterogêneas e da possibilidade da apropriação coletiva do patrimônio, para além das práticas governamentais.

Libertando-se de falsas dicotomias entre tradição e modernidade[25], aqueles que incentivam e apoiam a centralidade do papel da cultura produtora da cidadania devem promover a utilização efetiva do espaço público, a real participação social, para evitar o congelamento das cidades, para que elas não se transformem em lugares em que apenas se conservem o sentido cenográfico das edificações, e que delas sejam retiradas as funções que mantem vivas suas tramas e tessituras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural* / Elaboração José Hailon

[24] IPHAN. *Educação Patrimonial*: histórico, conceitos e processos / texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014, p. 19.

[25] Frase inspirada em entrevista de Mia Couto disponível em http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/bmia-coutob-o-brasil-nos-enganou.html

Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* / Coordenação geral de Renato Balbim. Brasília: Ministério das Cidades; Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural:* orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3a. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CHALHUB JÚNIOR, José Antonio. O imaginário da cidade como patrimônio socioambiental e a globalização. In *Anais*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.11, n.5, 2010. Disponível em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1396/1369.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural*: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESCSP, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. no. 23, 1994. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3200.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/ desconhecimento. In: *A cultura pela cidade*. Teixeira Coelho (org.). - São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes antropológicos*. vol.11, no. 23. Porto Alegre, Jan./Jun 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext.

GUPTA, Akhil, FERGUNSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: *O espaço da diferença*. ARANTES, Antonio Augusto (org.). Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *Des-Territorialização e Identidade*: a rede "gaúcha" no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

IPHAN. *Educação Patrimonial*: histórico, conceitos e processos / texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad. Emil Martínez Gutiérrez. Madrid: Ed. Capitan Swing, 2013.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PAES, Maria Teresa Duarte, OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. no. 24, 1996. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3201.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In *Anais*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.2, n.1, 1993. Disponível em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324.

SANCHÉZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 16: 31-49 JUN. 2001 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf.